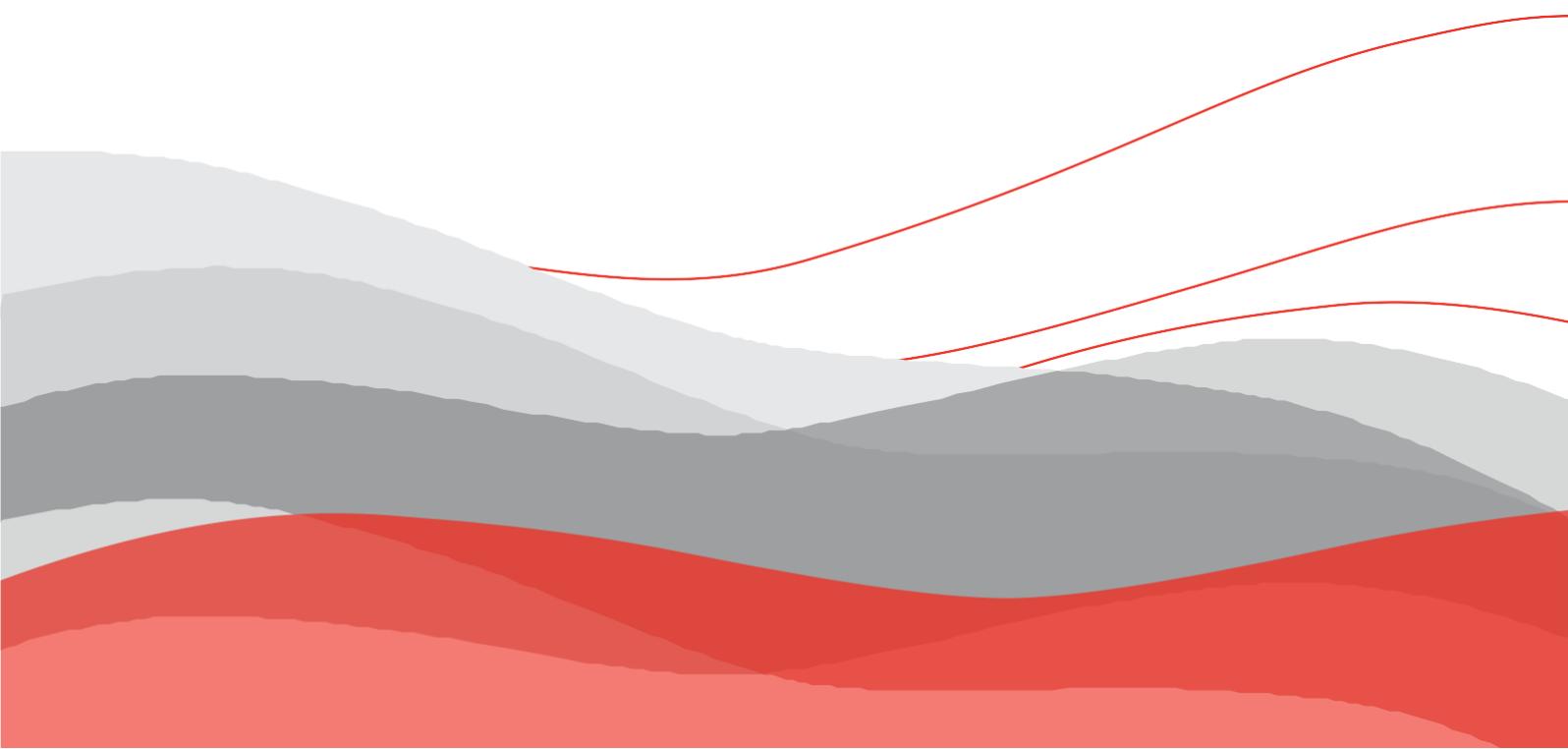


# **Coparentalidade e Funcionamento familiar: Um estudo com pais de crianças em idade pré-escolar**

Versão final após defesa

**Ana Rita Mouro Feliciano**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2<sup>o</sup> ciclo de estudos)





# **Coparentalidade e Funcionamento familiar: Um estudo com pais de crianças em idade pré-escolar**

Versão final após defesa

**Ana Rita Mouro Feliciano**

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em  
**Psicologia Clínica e da Saúde**  
(2<sup>o</sup> ciclo de estudos)

Orientadora: Prof. Doutora Ana Isabel Silva Santos Barbosa Cunha

**dezembro de 2022**



## **Declaração de Integridade**

Eu, Ana Rita Mouro Feliciano, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M10516 de/o Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã 16 / 12 / 2022

*Ana Rita Mouro Feliciano*

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente  
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)



# **Dedicatória**

*A mim, aos meus pais e amigos.*



# Agradecimentos

Aos meus pais, Rita e Joaquim, e a toda a minha família por todo o apoio, esforço e carinho ao longo destes 5 anos incríveis, por me terem sempre incentivado a ultrapassar as adversidades e, principalmente a nunca desistir, sem eles nada disto teria sido possível e estarei eternamente grata por tudo.

À Professora Doutora Ana Cunha por todas as reuniões, por toda a paciência, compreensão e orientação, um obrigada de coração.

À Rafaela, Joana Pereira e Nádia, fundadoras do grupo de apoio, foram uma grande força ao longo destes anos, sem vocês não teria sido tão fácil ultrapassar os obstáculos.

À Joana Carvalho e Rita que mesmo estando longe, nunca me deixaram e continuaram a apoiar-me em tudo.

À Inês Vilhena, Inês Maio e Daniela por todas as videochamadas e áudios desesperados, por todos os momentos incríveis e por estarem sempre prontas a ajudar.

À Mariana, a minha colega de quarto preferida, que suportou todas as minhas noites de estudo, por todas as panquecas e sessões de filmes com pipocas.

À Maura, a minha psicóloga favorita, que tanto levou com as minhas crises existenciais, obrigada pela tua sabedoria.

E por último, mas não menos importantes, a todas as minhas amigas (e Alex) da minha terrinha que estiveram sempre comigo desde os tempos de escola, por nunca se terem fartado de mim e sempre me deram forças e motivação para continuar.



## Resumo

Uma coparentalidade positiva e um bom funcionamento familiar são fatores importantes, principalmente numa fase de crescimento tão crucial que é a idade pré-escolar. O presente estudo tem como objetivo estudar a percepção de coparentalidade e funcionamento familiar em pais de crianças em idade pré-escolar. A amostra é composta por 137 mães e pais de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 5 anos ( $M = 3.88$ ;  $DP = 0.84$ ). Os pais preencheram as versões portuguesas do *Coparenting Questionnaire* (CQ) e do *Systemic Clinical Outcome and Routine Evaluation* (SCORE 15). Relativamente à percepção do funcionamento familiar (SCORE 15), os resultados revelam que pais de crianças de 3 anos percebem mais Recursos quando comparados com pais de crianças de 5 anos e que mães com o ensino superior apresentam pontuações significativamente mais baixas nas Dificuldades comparativamente a mães com níveis de escolaridade inferiores. Foram também encontradas diferenças estatisticamente significativas em todas as dimensões e total do funcionamento familiar, entre pais de nível socioeconómico baixo/médio-baixo e médio. Verificaram-se correlações significativas entre as dimensões da coparentalidade e do funcionamento familiar, estando uma maior cooperação entre os pais associada a melhor comunicação, recursos e funcionamento familiar em geral e um maior conflito e maior triangulação associados a pior comunicação, menos recursos, mais dificuldades e pior funcionamento familiar geral. São discutidas as implicações dos resultados no contexto da coparentalidade e funcionamento familiar.

## Palavras-chave

Coparentalidade; Crianças; Funcionamento Familiar; Pais; Pré-escolar; QC; SCORE-15



# Abstract

Coparenting and family functioning are important factors, especially in a crucial period such as the preschool age. The present study aims to study the perception of coparenting and family functioning in parents with preschool-age children. The sample is composed of 137 mothers and fathers of children aged between 3 and 5 years ( $M = 3.88$ ;  $SD = 0.4$ ). Parents filled the Portuguese versions of the *Coparenting Questionnaire* (CQ) and the *Systemic Clinical Outcome and Routine Evaluation* (SCORE 15). Regarding the perception of family functioning (SCORE 15), the results reveal that parents of 3-year-old children perceive more Resources when compared to parents of 5-year-old children and also mothers with higher education have significantly lower scores in Difficulties compared to mothers with lower levels of education. Statistically significant differences were also found in all dimensions and total family functioning, between parents of low/medium-low and medium socioeconomic status. There were significant correlations between the dimensions of coparenting and family functioning, better cooperation between parents was associated with better communication, resources and family functioning in general and higher conflict and higher triangulation associated with worse communication, fewer resources, more difficulties and worse overall family functioning. The implications of the results in the context of coparenting and family functioning are discussed.

## Keywords

Children; Coparenting; Family Functioning; Parents; Preschool; QC; SCORE-15



# Índice

Introdução .....	1
Parte I.....	3
Capítulo 1. Enquadramento Teórico .....	3
1.1. Coparentalidade.....	3
1.1.1. Definição do conceito.....	3
1.2. Modelos de coparentalidade.....	4
1.3. Fatores associados à coparentalidade.....	6
1.4. Funcionamento familiar .....	7
1.5. Funcionamento familiar e coparentalidade .....	9
Parte II. Estudo Empírico.....	10
Capítulo 2. Material e Métodos .....	11
2.1. Apresentação do estudo e objetivos .....	11
2.2. Variáveis em estudo.....	11
2.3. Participantes .....	12
2.4. Instrumentos.....	13
2.5. Procedimentos .....	16
2.6. Análises Estatísticas .....	16
Capítulo 3. Resultados .....	17
Capítulo 4. Discussão.....	22
Referências bibliográficas.....	25



## Lista de Tabelas

Tabela 1	Dados demográficos dos participantes	13
Tabela 2	Dados sociodemográficos das crianças	13
Tabela 3	Diferenças nas subescalas do CQ e sexo, idade da criança e existência de irmãos	17
Tabela 4	Diferenças nas subescalas do CQ e escolaridade	18
Tabela 5	Diferenças nas subescalas do CQ e faixa etária	18
Tabela 6	Diferenças nas subescalas do CQ e nível socioeconómico	18
Tabela 7	Diferenças nas subescalas do SCORE 15 e sexo, idade da criança e existência de irmãos e comparação de grupos	19
Tabela 8	Diferenças nas subescalas do SCORE 15 e escolaridade	20
Tabela 9	Diferenças nas subescalas do SCORE 15 e faixa etária	20
Tabela 10	Diferenças nas subescalas SCORE 15 e nível socioeconómico	21
Tabela 11	Correlações de Pearson entre as subescalas do CQ e subescalas e total do SCORE-15	21



# Lista de Acrónimos

CQ	Coparenting Questionnaire
SCORE 15	Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation



# Introdução

A Teoria dos Sistemas Familiares é uma abordagem que tem como principal objetivo compreender o funcionamento humano com o seu foco nas interações entre as pessoas de uma família, e entre a família e o(s) contexto(s) em que está inserida. De acordo com esta perspectiva, o funcionamento de um indivíduo é determinado pelo lugar que ocupa no sistema em que se encontra, sujeito às suas influências (Watson, 2012).

Segundo Relvas (1996) “o carácter desenvolvimentista desta abordagem reside especificamente na identificação de uma sequência previsível de transformações na organização da vida familiar, em função do cumprimento de tarefas bem definidas; a essa sequência dá-se o nome de ciclo vital e essas tarefas caracterizam as suas etapas” (p. 16). A autora propõe assim cinco etapas para o ciclo vital da família: formação do casal, família com filhos pequenos, família com filhos na escola, família com filhos adolescentes e família com filhos adultos (Relvas, 1996). O nascimento do primeiro filho inicia uma nova etapa no ciclo de vida familiar e um novo subsistema também emerge – o parental – e com ele advêm novas funções e tarefas (Alarcão, 2002). Após o nascimento da criança, o subsistema conjugal vai ter de se ajustar nesta nova fase com a exigência da parentalidade e das crianças. No entanto, a conjugalidade e a parentalidade têm ambas o seu próprio ciclo de vida ainda que se mantenham interligadas (Alarcão, 2002).

A relação coparental integra uma parte desse subsistema, que tem como objetivo o bem-estar da criança (Margolin et al., 2001). Assim, vários autores destacaram a coparentalidade como um conceito-chave do sistema familiar (McHale & Cowan, 1996) e um contributo para o funcionamento infantil (Mangelsdorf et al., 2011). De acordo com VanEgeren e Hawkins (2004), o relacionamento de coparentalidade surge quando pelo menos dois indivíduos, por acordo mútuo ou normas sociais, tenham responsabilidade conjunta pelo bem-estar de uma criança. Assim, a coparentalidade é uma dimensão praticável independentemente do estado civil ou da orientação sexual do casal e se a criança está biologicamente ligada aos seus cuidadores.

Atendendo à escassez de estudos nesta área, torna-se relevante o estudo da coparentalidade e funcionamento familiar na etapa das famílias com filhos pequenos. Assim, a presente dissertação tem como principal objetivo contribuir para o estudo da relação entre estas duas variáveis, de acordo com a perspectiva de pais de crianças em idade pré-escolar. A dissertação encontra-se dividida em duas partes. A primeira inclui o enquadramento teórico acerca destas duas variáveis e é composta por um primeiro capítulo, onde se aborda a definição de coparentalidade, os modelos teóricos subjacentes, o conceito funcionamento familiar e a relação entre a coparentalidade e o funcionamento familiar. A segunda parte da dissertação incide sobre o estudo empírico, sendo composta pelos

restantes capítulos. Assim, no segundo capítulo apresentam-se os objetivos e variáveis em estudo, caracterização da amostra, instrumentos utilizados e procedimentos seguidos. O terceiro capítulo consiste na apresentação detalhada dos resultados obtidos e o último reserva-se à discussão dos resultados, com base na literatura e apresentação das conclusões relativas ao trabalho desenvolvido.

É de referir que parte deste trabalho foi apresentado num poster intitulado “Perceção de coparentalidade e funcionamento familiar em pais de crianças em idade pré-escolar”, nas 1<sup>as</sup> Conferências Internacionais em Psicologia Clínica e da Saúde da Universidade da Beira Interior, em junho de 2022.

# Parte I.

## Capítulo 1. Enquadramento Teórico

### 1.1. Coparentalidade

#### 1.1.1. Definição do conceito

O aparecimento do termo coparentalidade esteve primeiramente associado ao estudo de famílias com pais divorciados (Frizzo et al., 2005) e é apenas na década de 90 que começa a ser estudado nas famílias nucleares (Belsky et al., 1995). Embora a coparentalidade tenha desempenhado um papel menos relevante nas teorias sobre famílias intactas, esta relação mereceu especial atenção em famílias divorciadas, sobretudo na compreensão das ações dentro do sistema familiar. Forma-se uma relação coparental mais efetiva quando os pais residem juntos, em vez de separados, pois assim permite-lhes ajudarem-se nas responsabilidades relativas na prestação de cuidados da criança e um maior apoio e afeto mútuos (Margolin et al., 2001).

Segundo Feinberg (2003), a coparentalidade ocorre quando dois adultos, habitualmente a mãe e o pai, partilham a responsabilidade na educação e na prestação de cuidados instrumentais e emocionais de uma criança, e consiste na cooperação e coordenação (ou ausência destas) que as figuras parentais demonstram na criação dos seus filhos quando têm responsabilidades sobrepostas e partilhadas. Esta relação entre os pais pode, assim, caracterizar-se pelo grau em que suportam ou prejudicam os esforços de parentalidade do outro (Margolin et al, 2001). Além disso, a coparentalidade não implica que os papéis parentais sejam ou devam ser equivalentes em autoridade e responsabilidade. O grau de igualdade numa relação de coparentalidade é estabelecido pelos seus participantes em cada situação, que são, naturalmente, influenciados pelo contexto social e cultural (Feinberg, 2003).

De acordo com Minuchin (1974), o subsistema parental surge com o nascimento do primeiro filho. Assim, o subsistema conjugal deve diferenciar-se devido ao desempenho das tarefas de socialização da criança, sem que prejudique o apoio mútuo que caracteriza o subsistema conjugal. À medida que a criança se desenvolve para a autonomia e orientação, é exigido ao subsistema parental que se adapte de forma a satisfazer estas necessidades (e.g., educação, contacto com pessoas fora do seio familiar e escola). Desta forma, o conceito de coparentalidade distingue-se do relacionamento conjugal na medida em que o primeiro é motivado pela preocupação com o bem-estar da criança, enquanto o relacionamento conjugal refere-se à preocupação com o parceiro e a relação conjugal (Margolin et al., 2001).

Assim, coparentalidade envolve apoio e comprometimento mútuo na prática da parentalidade e é através desta relação que os pais podem discutir os seus papéis, deveres e obrigações acerca da criança (Margolin et al., 2001). Ainda que influenciada por aspetos da

parentalidade, geralmente, o relacionamento conjugal tem sua origem antes do nascimento da criança. Além disso, a relação coparental tem o seu próprio trajeto desenvolvimental, que continua mesmo após a separação dos progenitores (McHale & Cowan, 1996).

Neste pressuposto, a coparentalidade torna-se um fator mediador entre o relacionamento conjugal e a parentalidade, na medida em que a cooperação que existe entre o casal pode influenciar a forma como os pais interagem com a criança, como também o stress face às exigências dos seus papéis parentais (Margolin et al., 2001). Assim, de acordo com McHale e Rasmussen (1998) a qualidade da coparentalidade na família parece ser mais importante para o funcionamento da criança do que apenas a relação conjugal.

Nos últimos anos e atendendo à importância que este construto assumiu na compreensão do funcionamento individual e familiar, e aos crescentes dados da investigação empírica sobre o mesmo, surgiram diferentes modelos de conceptualização da coparentalidade, tendo em comum a possibilidade de serem aplicados a qualquer tipo de configuração familiar e a qualquer faixa etária dos filhos (Böing, 2014).

## 1.2. Modelos de coparentalidade

Um dos modelos mais utilizado para o estudo da coparentalidade é o proposto por Margolin et al. (2001). Os autores sublinham três dimensões essenciais na coparentalidade: (1) *conflito*, isto é, a quantidade de conflito entre os pais em relação às questões parentais, por exemplo, quantas vezes discutem acerca da criança, quantidade de hostilidade existente em torno da criação dos filhos, quantidade que cada um dos pais prejudica a parentalidade do outro e quanto eles discordam sobre padrões gerais e regras domésticas; (2) a *cooperação*, em que medida as mães e pais se apoiam, se valorizam e se respeitam enquanto pais e o grau em que eles aliviam a carga parental um do outro; e a (3) *triangulação*, reflete até que ponto os pais distorcem os limites entre o seu parceiro e os filhos ao tentar formar uma coligação com a criança que prejudica ou exclui o outro pai. Este processo atrai as crianças para o conflito dos pais através da pressão de um dos pais para se posicionar contra o outro (Margolin et al., 2001).

O modelo de Feinberg (2003) é outro importante contributo no desenvolvimento teórico do conceito de coparentalidade. O autor propõe um modelo onde se associam quatro componentes interligados: a) o *grau em que as figuras parentais concordam em várias questões que envolvem a criança* (e.g., valores morais, expectativas comportamentais, necessidades emocionais, prioridades educacionais). O desacordo nestas questões poderá não afetar a família negativamente, na medida em que se os pais “concordam em discordar” podem ser capazes de manter elevados níveis de apoio mútuo; b) a *divisão do trabalho* abrange a divisão de responsabilidades relacionadas às rotinas diárias no cuidado da criança e nas tarefas domésticas, e também responsabilidades quanto a questões

financeiras, legais e médicas relacionadas à criança; c) o *suporte/sabotagem do papel coparental* relaciona-se com o apoio que cada pai concede ao outro, ou contrariamente, a sabotagem é expressa por meio de prejudicar o outro progenitor através de críticas, desvalorização e culpa; e d) a *gestão conjunta das relações familiares* é uma importante responsabilidade do subsistema executivo, pois os pais são responsáveis por controlar os seus comportamentos e comunicar um com o outro, pois um mau ambiente poderá afetar a sua parentalidade, bem como os seus filhos (Feinberg, 2003).

Feinberg (2003) propôs também um modelo ecológico no qual a coparentalidade assume um papel central. O autor descreve os antecedentes e consequentes da coparentalidade, ou seja, os fatores individuais, familiares e extrafamiliares que influenciam as relações da coparentalidade, bem como os comportamentos que resultam destes. Tendo em conta esta influência, Feinberg (2003) considera que a coparentalidade pode funcionar como um mediador entre os fatores de risco e os comportamentos familiares: a) as *características individuais* de cada pai, influenciam tanto a coparentalidade como o relacionamento interparental. As características individuais dos pais incluem as atitudes (e.g., expectativas de papéis de gênero) e saúde emocional e mental; b) o *fator familiar* mais importante que influencia o relacionamento coparental é o relacionamento interparental ao nível diádico. Por exemplo, novas relações coparentais trazem para o relacionamento de coparentalidade a sua capacidade de demonstrar apoio e respeito um pelo outro e discutir divergências. A má coordenação e o atrito coparental podem levar a uma maior hostilidade e insatisfação no relacionamento geral; e c) os *fatores extrafamiliares* remetem para o stress e apoio social. A rede de base social extrafamiliar pode evidenciar-se como um fator de proteção, na medida em que ajuda a família a enfrentar situações stressantes. Os aspetos socioeconómicos são também considerados como eventuais fatores de risco para a coparentalidade (e.g., nível socioeconómico baixo) (Feinberg, 2003).

Por último, Van Egeren e Hawkins (2004) referem que a estrutura interna da coparentalidade engloba todas as dimensões intraindividuais e intrafamiliares que são intrínsecas e exclusivas da aliança coparental (i.e., os sentimentos, atitudes, percepções, valores e ações de cada um dos progenitores). Com o objetivo de facilitar a distinção entre os processos do subsistema coparental de outros subsistemas familiares, os autores destacaram quatro aspetos que caracterizam uma relação coparental: a) a *coparentalidade requer um filho*, isto é, considera-se apenas o trabalho específico para atender às necessidades da criança (e.g., prestação de cuidados, como a alimentação e a mudança de fraldas); b) *requer um parceiro*, ou seja, a coparentalidade pode ser avaliada como uma variável diádica, que represente o casal através de uma dimensão do relacionamento coparental (e.g., cooperação) e, por outro lado, como uma variável individual, avaliando separadamente o comportamento ou sentimentos de cada parceiro dentro do contexto de

coparentalidade; c) é *um processo diádico*, na medida que a coparentalidade não deve ser comparada ao processo familiar, e o processo familiar não pode ser totalmente caracterizado, sem ter em conta todos os outros subsistemas, incluindo o subsistema de coparentalidade; e d) é *um processo bidirecional*, pois todas as ações que ocorrem dentro da díade afetam e são afetadas pelas do outro parceiro (Van Egeren & Hawkins, 2004).

### 1.3. Fatores associados à coparentalidade

A literatura sugere que existem vários fatores internos e externos à família que estão associados à qualidade do relacionamento coparental. Num estudo realizado por Lindsey et al. (2015), os autores concluíram que a situação profissional dos pais e o apoio social (fatores externos à família), foram responsáveis pelas diferenças individuais no comportamento coparental. Por exemplo, mães de famílias com dois salários demonstraram um maior apoio no relacionamento coparental do que as mães com apenas um salário (Lindsey et al., 2015). Ao mesmo tempo, características individuais dos pais e filhos (fatores internos à família), foram associadas ao comportamento coparental. Neste sentido, Margolin et al. (2011) demonstraram que a coparentalidade pode ser afetada pela idade e sexo das crianças. Por exemplo, resultados demonstraram maior triangulação entre mães e rapazes e maior cooperação em pais de crianças em idade pré-escolar do que pré-adolescentes. Assim como o género dos pais, ou seja, as mães demonstraram um maior sentido de cooperação com os seus maridos do que vice-versa (Margolin et al., 2011).

Relativamente à educação, níveis de educação superiores em mães e pais foram associados a uma coparentalidade mais positiva durante as interações familiares (Stright & Bales, 2003). A educação pode fornecer aos pais competências cognitivas (e.g. tomada de perspetiva); influenciar atitudes que apoiam a coparentalidade (e.g. capacidade de cooperação); e fornecer conhecimento no que diz respeito à importância dos pais se apresentarem como uma “frente unida”, no sentido em que ambos estão de acordo sobre como abordar determinada situação familiar (Stright & Bales, 2003).

Lindsey et al. (2015) sugerem ainda que o efeito do apoio social no comportamento parental individual pode ter influência na qualidade da relação coparental. Isto é, o apoio social tem o potencial de contribuir para um comportamento coparental mais positivo. Para além disso, evidências sugerem que altos níveis de apoio social diminuem o nível de stress vivenciado pelos pais (Levy-Shiff, 1999, citado em Lindsey et al., 2015). Por outro lado, elevados níveis de stress diminuem o relacionamento coparental positivo em famílias com dois pais (Lindsey et al., 2015).

O temperamento da criança tem um impacto significativo no comportamento dos pais, pois a dificuldade e a irritabilidade em bebés estão ligadas à hostilidade, julgamento, tendência a ignorar a criança, disciplina coerciva e falta de sensibilidade nas mães (Stright

& Bales, 2003). Relativamente ao género, este tem vindo a ser associado a conflitos conjugais. Neste sentido, Mchale (1996) descobriu que casais com dificuldades no relacionamento conjugal e com filhos do sexo masculino eram mais propensos a envolver-se em interações coparentais hostis e competitivas, enquanto estes casais com meninas eram mais propensos a apresentar diferentes níveis de envolvimento parental (a mãe estava mais envolvida).

Outra característica dos pais que tem sido diretamente associada à qualidade do relacionamento coparental diz respeito às crenças e atitudes relacionadas com a educação dos filhos. Estudos sugerem que os pais que partilham crenças semelhantes sobre a educação dos filhos apoiam as práticas parentais um do outro, enquanto pais com crenças diferentes têm tendência para interferir e ser mais intrusivos entre si (Stright & Bales, 2003).

#### 1.4. Funcionamento familiar

A Teoria dos Sistemas Familiares propõe que a família é sistema que atua por meio de padrões transacionais constituído por vários subsistemas interligados entre si, incluindo o subsistema conjugal, o parental e o coparental. Estas transações constantes estabelecem padrões de como, quando e com quem se relacionam e, conseqüentemente, estes padrões sustentam e organizam o sistema (Minuchin, 1974).

Existem seis tipos de características familiares que são frequentemente avaliadas em pesquisas: estrutura e composição familiar, processo familiar, padrões de relacionamento, afeto familiar, organização familiar e diversidade familiar (Bray, 2009): a) a *estrutura e composição da família* inclui os membros da família e estrutura da família. A estrutura e a composição da família são construtos importantes que ajudam a compreender melhor certos aspetos do funcionamento familiar (Bray, 2009); b) o *processo familiar* inclui interações e transações entre os membros da família que determinam os padrões de trocas comportamentais entre os membros da família e o funcionamento ou os resultados dessas interações (Bray, 2009); c) os *padrões de relacionamento* referem-se a sequências de interações de casal/família que se desenvolvem ao longo do tempo e estão relacionadas a resultados específicos (Bray, 2009); d) o *afeto familiar* relaciona-se com a natureza da expressão emocional entre os membros da família (Bray, 2009); e) os fatores de *organização familiar* envolvem os papéis e regras dentro da família. Isso também se refere às expectativas de comportamento que contribuem para o funcionamento familiar. Esses fatores incluem aspetos como (1) limites, (2) hierarquia de tomada de decisão e (3) distribuição das funções de apoio laboral e emocional (Bray, 2009); e f) a *diversidade familiar* contribui com mudanças significativas dentro e entre os fatores apresentados anteriormente. Assim, à medida que as famílias se desenvolvem e os membros da família se

movem para diferentes papéis familiares, a natureza da composição, processo, afeto e organização da família será afetada por estas importantes transições de desenvolvimento (Bray, 2009).

No que respeita às dimensões do funcionamento familiar, Steinhauer et al. (1984) menciona seis dimensões que caracterizam o funcionamento familiar: realização da tarefa, desempenho do papel, comunicação (incluindo expressão afetiva), envolvimento afetivo e controlo. Já Epstein et al. (1978) considera o funcionamento familiar nas seguintes dimensões: resolução de problemas, comunicação, papéis, resposta afetiva, envolvimento afetivo e controlo do comportamento.

Ainda de acordo com Olson (2000), o funcionamento familiar pode ser descrito em três dimensões: coesão familiar, flexibilidade e comunicação. A coesão familiar é definida como o vínculo emocional existente entre os membros da família. O ponto fulcral desta dimensão é como os sistemas familiares equilibram a separação e a união entre os seus membros. A flexibilidade da família refere-se à quantidade de mudança na liderança, papéis e regras de relacionamentos e o seu foco baseia-se na forma como os sistemas equilibram a estabilidade e a mudança. A comunicação é a terceira dimensão e é considerada uma dimensão facilitadora no movimento nas dimensões mencionadas anteriormente (Olson, 2000).

Stratton et al. (2010) propõem a avaliação de três dimensões fundamentais do funcionamento familiar: recursos, comunicação e dificuldades familiares. Os recursos familiares estão ligados à capacidade de adaptação da família (Vilaça et al., 2014). Por seu lado, as forças e a adaptabilidade da família referem-se à capacidade da família em mudar de direção, regras e papéis em resposta às exigências do contexto e de desenvolvimento (Olson, 2000). Esta dimensão inclui crenças e comportamentos que caracterizam os papéis e regras de relacionamento, estilos de negociação e a quantidade de controlo que os membros familiares têm na adaptação às mudanças (Dunst, 2021). Também têm impacto no funcionamento familiar os recursos que a família usa e gere a partir do meio social (Francisco et al., 2016).

A comunicação é caracterizada pelos comportamentos, habilidades e padrões de interação que facilitam as interações positivas entre os membros da família (Dunst, 2021). É uma dimensão importante do funcionamento familiar, essencialmente, na construção de significados, isto é, de que forma os membros da família se vêem a si mesmos e as suas relações com o mundo exterior e de que forma dão sentido aos desafios que enfrentam (Mackay, 2003). Desta forma, a falta de comunicação eficaz poderá dificultar a resolução de problemas e manter a tensão entre a família (Steinhauer et al., 1984). Assim, um ambiente familiar negativo, caracterizado por problemas na comunicação entre pais e os seus filhos,

é um fator de risco para o desenvolvimento de problemas externalizantes (Francisco et al., 2016).

Por fim, as dificuldades familiares caracterizam-se por problemas familiares em várias áreas (e.g., baixo nível socioeconómico, problemas psicológicos, mau relacionamento conjugal e parentalidade comprometida), que acabam por ter um impacto significativo no funcionamento dos indivíduos (Francisco et al., 2016). No entanto, a sensação de estar sobrecarregado por dificuldades pode ter mais impacto no desenvolvimento de problemas emocionais ou comportamentais do que o número ou eventos stressores ao nível familiar/pessoal (Francisco et al., 2016). Assim, as famílias envolvem-se em padrões de interação estáveis ao mesmo tempo que conciliam as exigências com as capacidades existentes de forma a manter o ajustamento familiar. Todavia, há momentos em que as exigências familiares tornam-se excessivas e quando este desequilíbrio é persistente a família poderá passar por uma *crise* (i.e., período de desequilíbrio) (Patterson, 2002).

### 1.5. Funcionamento familiar e coparentalidade

A coparentalidade está no centro do sistema familiar e de muitas interações familiares (Feinberg, 2003 citado em McDaniel et al., 2018) e, portanto, tem sido associada a importantes resultados familiares e infantis (McDaniel et al., 2018). Nesta perspetiva, um estudo realizado por Kwan et al. (2015), acerca da autoeficácia parental e aliança coparental na satisfação conjugal, concluíram que a autoeficácia parental e a aliança coparental foram preditores significativos da satisfação conjugal.

Num estudo de Katz e Woodin (2002), com pais de crianças em idade pré-escolar, acerca da hostilidade, distanciamento e conflito no relacionamento conjugal, foi sugerido que, pais que percecionaram maior hostilidade e distanciamento entre si sentiram-se menos cooperativos em envolver os seus filhos em atividades. Outros estudos acerca da qualidade do relacionamento coparental demonstraram que a sobrecarga de fatores de risco (e.g., comportamento difícil dos filhos) torna-se prejudicial a uma coparentalidade positiva (McDaniel, 2018). Neste sentido, investigações acerca de eventos stressores relacionados à COVID-19, revelaram que famílias que percecionaram maior ansiedade em relação à saúde apresentaram mais conflito coparental e diminuição na coesão familiar (Peltz et al., 2021).

Por sua vez, Souza e Crepaldi (2018) no seu estudo acerca da coparentalidade, concluíram que pais que percecionavam um maior desacordo entre si em relação à criança sem conseguirem chegar a um consenso, apresentaram um relacionamento coparental mais conflituoso. Assim, de acordo com Qian et al. (2020), a cooperação torna-se uma dimensão importante no relacionamento coparental, na medida em que ajuda a melhorar o funcionamento familiar e promove a regulação emocional das crianças. Deste modo, quando os pais percecionam um relacionamento coparental positivo, demonstram mais

cooperação no relacionamento coparental e a família tende a apresentar mais confiança, organização na divisão de tarefas e comunicação ativa entre pais e filhos (Qian et al., 2020).

## **Parte II. Estudo Empírico**

A segunda parte deste trabalho compreende a componente empírica da investigação. Assim, o segundo capítulo contém uma descrição dos objetivos das variáveis em estudo, a caracterização da amostra, a descrição dos instrumentos utilizados e os procedimentos adotados. O terceiro capítulo visa a apresentação dos resultados obtidos e, por último, no quarto capítulo serão discutidos os resultados, com base na literatura revista, englobando também a enumeração das contribuições e limitações do estudo e possíveis sugestões para futuras investigações.

## Capítulo 2. Material e Métodos

### 2.1. Apresentação do estudo e objetivos

A presente dissertação encontra-se inserida num projeto mais alargado intitulado “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”, decorrente da parceria entre uma equipa de docentes/investigadores do Departamento de Psicologia e Educação da Universidade da Beira Interior e da Universidade dos Açores. No âmbito desse projeto, o presente estudo apresenta como principal objetivo contribuir para a compreensão da relação entre coparentalidade e funcionamento familiar em famílias com crianças portuguesas em idade pré-escolar. Assim, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

1. Explorar a existência de diferenças na perceção da coparentalidade em função características sociodemográficas dos pais (e.g. escolaridade materna e paterna, nível socioeconómico) e das crianças (e.g. sexo, idade e existência de irmãos);
2. Explorar a existência de diferenças na perceção do funcionamento familiar em função características sociodemográficas dos pais (e.g. escolaridade materna e paterna, nível socioeconómico) e das crianças (e.g. sexo, idade e existência de irmãos);
3. Analisar a associação entre a perceção de coparentalidade e o funcionamento familiar.

Este estudo caracteriza-se como sendo de natureza quantitativa, visto que utiliza dados sob forma numérica e com recurso a técnicas estatísticas para classificá-los e analisá-los; descritiva, uma vez que se procede à recolha de dados que visam a descrição de uma amostra; e correlacional, dado que se pretende analisar qual o grau de associação entre a coparentalidade e o funcionamento familiar.

### 2.2. Variáveis em estudo

As variáveis selecionadas para o estudo foram as seguintes:

- **Coparentalidade:** Operacionalizada através de afirmações que traduzem a perceção que o cônjuge/companheiro tem acerca do outro enquanto pai, organizadas em três dimensões (Conflito, Cooperação e Triangulação), seguindo o modelo de Margolin et al. (2001). Assim, a perceção de coparentalidade foi medida através da versão portuguesa do Questionário de Coparentalidade.
- **Funcionamento familiar:** Avaliado através da perceção dos cônjuges em relação a vários aspetos do funcionamento da família, a partir de três dimensões: Recursos,

Comunicação e Dificuldades. Como instrumento, foi utilizada a versão portuguesa da escala “SCORE 15”.

### 2.3. Participantes

A amostra foi recolhida através de um procedimento de amostragem não probabilístico e por conveniência. Como critérios de inclusão determinou-se que os participantes seriam pais de crianças em idade pré-escolar (3-5 anos), pertencentes a famílias nucleares intactas, sabiam ler e tinham assinado o consentimento informado. A decisão de apenas se considerar famílias nucleares intactas baseou-se na opção de atender apenas à situação em que os progenitores viviam os dois com a criança (independentemente do seu estado civil), não misturando diferentes configurações familiares, atendendo ao estudo da variável coparentalidade. Importa referir que a amostra inclui uma criança que à data do preenchimento do protocolo já tinha completado os 6 anos de idade, mas ainda frequentava o ensino pré-escolar. Ademais, acrescenta-se que as instituições pré-escolares que colaboraram neste estudo são entidades privadas.

Neste sentido, a amostra total é constituída por 137 participantes, residentes nos distritos de Castelo Branco, Viseu e Santarém. Tal como se pode observar na Tabela 1, a maioria dos protocolos teve como respondente a mãe da criança (91.2%), embora alguns tenham sido respondidos pelo pai (8.8%). As mães das crianças têm em média 36.27 anos ( $DP = 4.97$ ), com idades entre os 24 e os 51 anos. Por sua vez, os pais das crianças têm em média 38.66 anos ( $DP = 5.48$ ), com idades compreendidas entre os 25 e os 54 anos. Quanto à escolaridade, as mães distribuem-se sobretudo pela conclusão do ensino secundário (48.2%) e superior (42.3%). Já os pais pela conclusão do ensino secundário (45.2%) e até ao 3º ciclo (28.5%). Relativamente à situação profissional, 89.8% das mães encontra-se profissionalmente ativa, assim como 95.6% dos pais. Por fim, quanto ao estatuto socioeconómico, a maioria dos participantes perceciona o nível socioeconómico do agregado familiar como médio (63.5%), sendo que nenhum participante considerou ter um nível socioeconómico alto ou médio-alto.

No que diz respeito às crianças, e tal como se pode observar na Tabela 2, a maioria é do sexo masculino (51.8%). Relativamente à idade, tal como foi previamente definido, esta está compreendida entre os 3 e os 6 anos, sendo que se assiste a uma maior frequência de crianças com 3 (40.9%) e 4 anos (31.4%) de idade. A média das idades é de 3.88 anos ( $DP = 0.84$ ) e a maioria tem irmãos (62.8%).

**Tabela 1***Dados sociodemográficos dos participantes*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Respondente	Mãe	125	91,2
	Pai	12	8,8
Idade Mãe	24-30 anos	20	14,6
	31-40 anos	94	68,6
	41-54 anos	21	15,3
	<i>Missing</i>	2	1,5
		<i>M=36.27</i>	<i>DP=4.97</i>
Idade Pai	24-30 Anos	12	8,4
	31-40 Anos	80	65,9
	41-54 Anos	52	35,7
	<i>Missing</i>	2	1,5
		<i>M=38.66</i>	<i>DP=5.48</i>
Estado Civil Mãe	Solteira	11	8
	Casada/União de facto	118	86,1
	Divorciada/Separada*	8	5,8
Estado Civil Pai	Solteiro	14	10,2
	Casado/União de facto	118	86,1
	Divorciado/Separado*	5	3,6
Escolaridade Mãe	Até ao 3º ciclo	12	8,7
	Ensino Secundário/Técnico	66	48,2
	Ensino Superior	58	42,3
	<i>Missing</i>	1	0,7
Escolaridade Pai	Até ao 3º ciclo	39	28,5
	Ensino Secundário/Técnico	62	45,2
	Ensino Superior	35	25,5
	<i>Missing</i>	1	0,7
Situação profissional Mãe	Profissionalmente ativa	123	89,8
	Estudante	1	0,7
	Dona de casa	5	3,6
	Procura trabalho	5	3,6
	Outra situação	3	2,2
Situação profissional Pai	Profissionalmente ativo	131	95,6
	Procura trabalho	4	2,9
	Outra situação	2	1,5
Nível Socioeconómico	Baixo	46	33,6
	Médio-baixo	3	2,2
	Médio	87	63,5
	Médio-alto	0	0
	Alto	0	0
	<i>Missing</i>	1	0,7

\* não obstante o estado civil dos divorciados, o agregado familiar destes participantes é composto pelo parceiro/pai-mãe da criança.

**Tabela 2***Dados sociodemográficos das crianças*

		<i>n</i>	<i>%</i>
Sexo da criança	Masculino	71	51,8
	Feminino	66	48,2
Idade da criança	3 Anos	58	40,9
	4 Anos	46	31,4
	5 Anos	41	27
	6 Anos	1	0,7
		<i>M=3.88</i>	<i>DP=0.84</i>
Existência de irmãos	Sim	86	62,8
	Não	51	37,2

## 2.4. Instrumentos

Para a elaboração da presente dissertação construiu-se um protocolo composto por vários questionários de autorresposta, com o propósito de recolher informação

sociodemográfica acerca dos pais/encarregados de educação e os seus respetivos filhos, avaliar a perceção que o cônjuge tem do outro enquanto pai/mãe, bem como o funcionamento familiar. Assim, o protocolo de avaliação aplicado era composto pelos seguintes instrumentos:

- **Questionário sociodemográfico e de informação familiar:** construído de raiz para o referido projeto de investigação, tendo como principal objetivo recolher dados sobre a amostra que possibilitassem uma análise descritiva das variáveis sociodemográficas. É composto por questões relativas à criança (e.g., sexo, data de nascimento, agregado familiar e número de irmãos) e questões relativas aos pais (e.g., idade, estado civil, escolaridade e situação profissional).
- **Questionário de Coparentalidade (Margolin, Gordis, & John, 2001; versão portuguesa de Pedro & Ribeiro, 2015):** O Coparenting Questionnaire (CQ; Margolin et al., 2001) foi desenvolvido para avaliar a perceção que os cônjuges têm um do outro enquanto pais. O desenvolvimento do CQ surgiu da necessidade de se criar uma medida que reunisse um conjunto de características que permitissem colmatar algumas limitações de instrumentos já existentes. Em primeiro lugar, o CQ é uma escala que contempla dimensões positivas e negativas da coparentalidade, ao mesmo tempo que avalia dinâmicas de triangulação. Adicionalmente, o CQ é uma medida direcionada unicamente para a avaliação da coparentalidade, contrariamente a instrumentos anteriores que avaliavam processos coparentais em conjunto com a unidade familiar (Coparenting Scale; McHale, 1997). Por último, uma das dificuldades inerentes às medidas de autorrelato com temáticas da parentalidade é a elevada desejabilidade social (Morsbach & Prinz, 2006). O *Coparenting Questionnaire* diminui esse efeito, uma vez que a coparentalidade é avaliada pelo parceiro e não pelo próprio. O CQ é constituído por 14 itens divididos por três subescalas distintas – cooperação, conflito e triangulação. A subescala Cooperação inclui cinco itens (itens 1 a 5) relativos ao nível com que os elementos do casal se apoiam e respeitam enquanto pais. A subescala Conflito (itens 10 a 14) diz respeito ao conflito interparental acerca dos assuntos que dizem respeito à educação dos filhos e também inclui cinco itens. Por último, a subescala Triangulação é composta por quatro itens (itens 6 a 9) que refletem as tentativas dos pais para estabelecerem uma coligação com a criança que exclua o parceiro coparental ou ponha em causa a sua autoridade parental. Os itens são cotados numa escala de tipo *Likert* variando de (1) Nunca a (5) Sempre e resultados elevados indicam níveis elevados de cooperação, conflito e triangulação. Os autores (Pedro &

Ribeiro, 2015) reportaram níveis satisfatórios de consistência interna nas três subescalas (alfa de *Cronbach* entre 0.69 e 0.87) para pais e mães. No presente estudo, verificaram-se valores de consistência interna boa para as dimensões Cooperação ( $\alpha$  *Cronbach* = 0.79) e Conflito ( $\alpha$  *Cronbach* = 0.75) (Pereira & Patrício, 2016). A dimensão Triangulação apresenta valores de uma consistência interna muito boa ( $\alpha$  *Cronbach* = 0.90) (Pereira & Patrício, 2016).

- **SCORE 15 (Stratton et al., 2014; versão portuguesa de Vilaça et al, 2015):** A versão portuguesa de 15 itens do SCORE – Systemic Clinical Outcome Routine Evaluation (SCORE-15), escala publicada originalmente em 2010, por P. Stratton, J. Bland, E. Janes e J. Lask, em Inglaterra. O SCORE-15 foi desenvolvido para ser utilizado com os vários elementos da família com mais de 12 anos, destinando-se a uma utilização corrente na prática clínica e investigação. O SCORE-15 é um questionário de autorresposta com 15 itens, cotados numa escala *Likert* com 5 níveis de resposta (1 = muito bem; 2 = bem; 3 = em parte; 4 = mal; 5 = muito mal), que avalia vários aspetos do funcionamento familiar que são sensíveis a mudança terapêutica, contendo itens que se distribuem por três dimensões da família: Recursos Familiares, Comunicação na Família e Dificuldades Familiares. A estrutura do SCORE-15 é constituído por três subescalas com cinco itens cada. A primeira subescala designa-se de Recursos Familiares (RF: itens 1, 3, 6, 10 e 15) e refere-se aos recursos e à capacidade de adaptação da família. A segunda chama-se Comunicação na Família (CF: itens 2, 4, 8, 12 e 13) e avalia a comunicação no sistema familiar. Por último, a subescala Dificuldades Familiares (DF: itens 5, 7, 9, 11 e 14) que remete para a sobrecarga das dificuldades no sistema familiar. Relativamente, à interpretação do Score, resultados mais elevados na Escala Total indicam pior funcionamento familiar. A interpretação de cada subescala dependerá da inversão (ou não) dos seus itens. No presente estudo, pontuações mais elevadas na subescala Recursos indicam piores recursos; na Comunicação indicam melhor comunicação; e nas Dificuldades indicam menos dificuldades. Tanto na amostra clínica como na não-clínica, o resultado total da escala demonstrou possuir uma elevada consistência interna, traduzida num coeficiente alfa de *Cronbach* de .93 e .90, respetivamente (Vilaça et al, 2015). No presente estudo, verificou-se um valor de alfa de *Cronbach* de 0.87 para a Escala Total, sendo considerada uma boa consistência interna (Pereira & Patrício, 2016). Também as dimensões Recursos, Comunicação e Dificuldades revelaram valores de consistência interna considerados boas com um alfa de *Cronbach* igual a 0.76, 0.79 e 0.74, respetivamente (Pereira & Patrício, 2016).

## 2.5. Procedimentos

No âmbito do projeto “Preditores psicossociais de ajustamento infantil e familiar”, o estudo foi aprovado pela Comissão de Ética da Universidade da Beira Interior (CE-UBI-Pj-2021-053). Seguidamente, foram realizados contactos com as diversas instituições de ensino pré-escolar, a fim de solicitar a colaboração no estudo, bem como com sujeitos da rede de contactos da investigadora que cumprissem os critérios de inclusão.

O recrutamento dos participantes foi efetuado junto de instituições escolares, depois de obtidas as respetivas autorizações por parte das instituições envolvidas e o consentimento informado junto de todos os participantes. Os dados foram recolhidos juntos dos pais através da resposta a um conjunto de questionários, que, depois de preenchidos por um dos pais da criança, foram devolvidos num envelope selado.

Através da instituição escolar, as crianças levaram na mochila para casa um envelope que continha o documento no qual constava uma breve apresentação do estudo, a indicação explícita do carácter voluntário da participação e do anonimato, bem como um exemplar do protocolo de investigação para preencher. No caso dos participantes da rede de contactos da investigadora, os envelopes foram entregues em mão aos pais/cuidadores. Após o preenchimento dos respetivos questionários, era solicitada a sua devolução dentro do mesmo envelope, agora fechado, de modo a garantir a confidencialidade das respostas. É de referir que no total foram entregues 338 protocolos, sendo que foram devolvidos 186. Contudo, destes 186 protocolos, 9 foram devolvidos em branco e 40 foram excluídos por não cumprirem os critérios de inclusão o que fez uma amostra total de 137 participantes. Os dados foram recolhidos entre novembro de 2021 e janeiro de 2022.

## 2.6. Análises Estatísticas

Os dados foram analisados através da versão 28.0 do *Statistical Package for the Social Sciences* (IBM SPSS Statistics). Para a caracterização da amostra, recorreu-se a várias medidas descritivas: média (M), desvio padrão (DP), valores mínimo e máximo para os dados quantitativos; frequências e percentagens para os dados categóricos. Posteriormente, procedeu-se ao cálculo da consistência interna, através do alfa de *Cronbach*, dos itens que compõem o CQ e SCORE 15. Foram exploradas diferenças entre grupos com recurso aos testes T-Student e ANOVA. Para este último e quando aplicável, as comparações post-hoc foram efetuadas com o teste Tukey (*Tukey's Range Test*) para a comparação de três grupos. Dado que a amostra incluía apenas uma criança com 6 anos de idade, esta foi incluída junto da categoria dos 5 anos. Para as análises estatísticas, procedeu-se também ao agrupamento das seguintes variáveis sociodemográficas: a escolaridade dividiu-se em ‘até ao ensino secundário/técnico’ e ‘ensino superior’ e o nível socioeconómico em ‘baixo e médio-baixo’ e ‘médio’. Finalmente, para a análise da associação entre as pontuações do CQ e do SCORE

15 recorreu-se ao coeficiente de correlação de *Pearson*. Todos os testes de hipóteses foram considerados significativos quando o respetivo valor de prova (p) não excedeu o nível de significância de 5%.

### Capítulo 3. Resultados

- Coparentalidade: diferenças entre grupos

Tal como se observa na tabela 3, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Cooperação, Conflito e Triangulação, entre pais de crianças do sexo masculino e feminino, de diferentes faixas etárias e com ou sem irmãos.

**Tabela 3**  
*Diferenças nas subescalas do CQ e sexo, idade da criança e existência de irmãos*

<i>Pontuação CQ</i>	<i>Variável</i>	<i>n</i>	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>t/F</i>	<i>p</i>
	<i>Sexo da criança</i>					
<b>Cooperação</b>	Masculino	70	21.9	3.27	-.382	.703
	Feminino	65	22.1	3.06		
<b>Conflito</b>	Masculino	70	9.20	3.40	1.851	.066
	Feminino	65	8.23	2.60		
<b>Triangulação</b>	Masculino	70	4.79	2.06	.246	.806
	Feminino	65	4.70	2.15		
	<i>Idade da criança</i>					
<b>Cooperação</b>	3 anos	55	21.65	3.35	.622	.538
	4 anos	42	22.33	2.73		
	5 anos	38	22.18	3.35		
<b>Conflito</b>	3 anos	55	9.07	3.09	.616	.542
	4 anos	42	8.40	3.15		
	5 anos	38	8.59	2.97		
<b>Triangulação</b>	3 anos	55	4.47	1.41	2.097	.127
	4 anos	42	5.28	3.22		
	5 anos	38	4.53	.95		
	<i>Existência de irmãos</i>					
<b>Cooperação</b>	Não	49	22.20	3.18	.524	.601
	Sim	86	21.91	3.16		
<b>Conflito</b>	Não	49	8.68	3.05	-.154	.878
	Sim	86	8.76	3.10		
<b>Triangulação</b>	Não	49	4.38	1.89	-1.545	.125
	Sim	86	4.95	2.20		

\* $p < .05$

Como se observa na tabela 4, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas nas três dimensões da coparentalidade entre mães e pais com escolaridade até ao ensino secundário e ensino superior. Igualmente, não se encontraram diferenças estatisticamente significativas na perceção da coparentalidade em função da faixa etária materna e paterna (Tabela 5).

**Tabela 4**  
Diferenças nas subescalas do CQ e escolaridade

Pontuação CQ	Variável	n	M	DP	t(df)	p
	<i>Escolaridade Mãe</i>					
<b>Cooperação</b>	Até ao ensino Secundário	77	22.16	3.192	.628	.531
	Ensino Superior	57	21.81	3.159	(132)	
<b>Conflito</b>	Até ao ensino Secundário	77	8.57	3.032	-.764	.446
	Ensino Superior	57	8.98	3.142	(132)	
<b>Triangulação</b>	Até ao ensino Secundário	78	4.85	2.544	.728	.468
	Ensino Superior	57	4.58	1.281	(133)	
	<i>Escolaridade Pai</i>					
<b>Cooperação</b>	Até ao ensino Secundário	100	22.05	3.063	.360	.720
	Ensino Superior	34	21.82	3.477	(132)	
<b>Conflito</b>	Até ao ensino Secundário	100	8.73	2.981	-.202	.841
	Ensino Superior	34	8.85	3.332	(132)	
<b>Triangulação</b>	Até ao ensino Secundário	100	4.77	2.275	.229	.819
	Ensino Superior	34	4.68	1.512	(133)	

\* $p < .05$

**Tabela 5**  
Diferenças nas subescalas do CQ e faixa etária

Pontuação CQ	Variável	n	M	DP	F(df1;df2)	p
	<i>Faixa etária Mãe</i>					
<b>Cooperação</b>	24-30	20	21.60	4.031	.495	.611
	31-40	92	22.15	3.020	(2;130)	
	41-54	21	21.52	2.926		
<b>Conflito</b>	24-30	19	8.89	3.650	2.71	.763
	31-40	94	8.62	2.937	(2;130)	
	41-54	20	9.15	3.345		
<b>Triangulação</b>	24-30	20	4.80	2.895	.017	.983
	31-40	93	4.73	2.017	(2;130)	
	41-54	21	4.81	1.721		
	<i>Faixa etária Pai</i>					
<b>Cooperação</b>	24-30	12	21.75	4.88	.215	.807
	31-40	72	21.85	3.17	(2;130)	
	41-54	49	22.20	2.65		
<b>Conflito</b>	24-30	11	8.18	2.786	.299	.742
	31-40	74	8.63	3.292	(2;130)	
	41-54	48	8.74	2.863		
<b>Triangulação</b>	24-30	12	4.17	.389	.801	.451
	31-40	73	4.93	2.642	(2;130)	
	41-54	49	4.63	1.302		

\* $p < .05$

Relativamente à perceção da coparentalidade em função do nível socioeconómico do agregado familiar, encontrou-se uma diferença no limiar de significância com uma pontuação média superior na dimensão Cooperação no nível socioeconómico médio, comparativamente ao nível baixo/médio-baixo ( $t(129) = -1969, p = .051$ ) (Tabela 6).

**Tabela 6**  
Diferenças nas subescalas do CQ e nível socioeconómico

Pontuação CQ	Variável	n	M	DP	t(df)	p
	<i>Nível socioeconómico</i>					
<b>Cooperação</b>	Baixo/médio-baixo	46	21.22	4.016	-1.969	.051*
	Médio	85	22.35	2.571	(129)	
<b>Conflito</b>	Baixo/médio-baixo	45	9.53	3.321	1.918	.057
	Médio	86	8.47	2.864	(129)	
<b>Triangulação</b>	Baixo/médio-baixo	45	5.07	2.692	1.174	.243
	Médio	87	4.61	1.761	(130)	

\* $p < .05$

- Funcionamento familiar: diferenças entre grupos

Tal como se observa na tabela 7, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na dimensão Recursos ( $F = 3.618$ ,  $p = .029$ ), entre pais de crianças de diferentes faixas etárias, especificamente entre as crianças de 3 anos e as de 5 anos, apresentando os pais de crianças com 3 anos uma média superior, relativamente às de 5 anos ( $M = 1.73$ ,  $DP = .589$  vs.  $M = 1.43$ ,  $DP = .450$ ). Não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões ou total do funcionamento familiar atendendo ao sexo da criança e à existência ou não de irmãos.

**Tabela 7**

*Diferenças nas subescalas do SCORE 15 e sexo, idade da criança e existência de irmãos e comparação de grupos*

<b>SCORE 15</b>	<b>Variável t/F</b>	<b>n p</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t/F</b>	<b>p</b>
	<i>Sexo da criança</i>					
<b>Recursos</b>	Masculino	71	1.56	.581	-714	.476
	Feminino	66	1.63	.506		
<b>Comunicação</b>	Masculino	71	1.60	.612	.419	.676
	Feminino	65	1.56	.665		
<b>Dificuldades</b>	Masculino	71	1.74	.683	.391	.696
	Feminino	65	1.69	.764		
<b>Score Total</b>	Masculino	71	24.52	8.182	-.042	.967
	Feminino	64	24.58	7.684		
	<i>Idade da criança</i>					
<b>Recursos</b>	3 anos	56	1.73	.589	3.618	.029*
	4 anos	43	1.56	.530		(3 anos > 5 anos)
	5 anos	38	1.43	.450		
<b>Comunicação</b>	3 anos	56	1.65	.699	.824	.441
	4 anos	43	1.57	.650		
	5 anos	37	1.48	.509		
<b>Dificuldades</b>	3 anos	56	1.79	.803	.737	.480
	4 anos	42	1.72	.703		
	5 anos	38	1.61	.607		
<b>Score Total</b>	3 anos	56	25.86	8.230	1.767	.175
	4 anos	42	24.40	6.441		
	5 anos	37	22.73	7.920		
	<i>Existência de irmãos</i>					
<b>Recursos</b>	Não	51	1.49	.528	-1.706	.090
	Sim	86	1.65	.549		
<b>Comunicação</b>	Não	51	1.56	.611	-.229	.819
	Sim	85	1.59	.653		
<b>Dificuldades</b>	Não	50	1.66	.740	-.661	.510
	Sim	86	1.75	.712		
<b>Score Total</b>	Não	50	23.70	7.638	-.954	.342
	Sim	85	25.05	8.084		

\* $p < .05$

Tal como se pode observar na tabela 8, verificou-se uma diferença estatisticamente significativa na dimensão Dificuldades, com pontuações mais altas em mães com escolaridade ‘até ao ensino secundário’, quando comparadas com mães com o ‘ensino superior’ ( $t(133)=2.238$ ,  $p=.027$ ). Nas restantes dimensões do funcionamento familiar não se verificaram quaisquer diferenças estatisticamente significativas.

**Tabela 8***Diferenças nas subescalas do SCORE 15 e escolaridade*

<b>SCORE 15</b>	<b>Variável</b>	<b>n</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>t(df)</b>	<b>p</b>
	<i>Escolaridade Mãe</i>					
<b>Recursos</b>	Até ao ensino Secundário	78	1.61	.533	.200	.842
	Ensino Superior	58	1.59	.566	(134)	
<b>Comunicação</b>	Até ao ensino Secundário	77	1.67	.739	1.862	.065
	Ensino Superior	58	1.47	.439	(133)	
<b>Dificuldades</b>	Até ao ensino Secundário	78	1.84	.822	2.238	.027*
	Ensino Superior	57	1.56	.527	(133)	
<b>Score Total</b>	Até ao ensino Secundário	77	25.65	8.639	1.824	.070
	Ensino Superior	57	23.14	6.691	(132)	
	<i>Escolaridade Pai</i>					
<b>Recursos</b>	Até ao ensino Secundário	101	1.64	.534	1.532	.128
	Ensino Superior	35	1.47	.570	(134)	
<b>Comunicação</b>	Até ao ensino Secundário	100	1.62	.643	1.612	.109
	Ensino Superior	35	1.42	.501	(133)	
<b>Dificuldades</b>	Até ao ensino Secundário	101	1.72	.699	.614	.541
	Ensino Superior	34	1.64	.648	(133)	
<b>Score Total</b>	Até ao ensino Secundário	100	24.93	7.748	1.397	.165
	Ensino Superior	34	22.79	7.555	(132)	

\* $p < .05$ 

De seguida, na tabela 9, encontram-se os resultados da análise da percepção do funcionamento familiar em função das faixas etárias. Como é possível concluir, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões Recursos, Comunicação, Dificuldades e Total Score, entre as diferentes faixas etárias dos pais.

**Tabela 9***Diferenças nas subescalas do SCORE 15 e faixa etária*

<b>SCORE-15</b>	<b>Variável</b>	<b>n</b>	<b>M</b>	<b>DP</b>	<b>F(df;df2)</b>	<b>p</b>
	<i>Faixa etária Mãe</i>					
<b>Recursos</b>	24-30	20	1.57	.574	.603	.549
	31-40	94	1.63	.550	(2;132)	
	41-54	21	1.49	.516		
<b>Comunicação</b>	24-30	20	1.55	.734	.157	.855
	31-40	94	1.59	.635	(2;132)	
	41-54	20	1.51	.575		
<b>Dificuldades</b>	24-30	20	1.55	.858	1.072	.345
	31-40	93	1.78	.725	(2;131)	
	41-54	21	1.61	.574		
<b>Total Score</b>	24-30	30	323.35	9.610	.654	.522
	31-40	93	25.05	7.759	(2;131)	
	41-54	20	23.30	7.306		
	<i>Faixa etária Pai</i>					
<b>Recursos</b>	24-30	12	1.37	.398	2.746	.068
	31-40	74	1.69	.572	(2;132)	
	41-54	49	1.51	.518		
<b>Comunicação</b>	24-30	12	1.32	.575	1.105	.334
	31-40	74	1.59	.609	(2;132)	
	41-54	48	1.62	.693		
<b>Dificuldades</b>	24-30	12	1.37	.728	1.679	.191
	31-40	73	1.72	.696	(2;131)	
	41-54	49	1.79	.758		
<b>Total Score</b>	24-30	12	20.25	7.605	1.959	.145
	31-40	73	25.10	7.796	(2;131)	
	41-54	48	24.75	8.165		

\* $p < .05$

No que refere ao nível socioeconómico, foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em todas as dimensões e total do funcionamento familiar, apresentando os participantes do grupo 'baixo/médio-baixo' pontuações significativamente superiores do que os participantes do grupo 'médio', relativamente à dimensão Recursos ( $t(131) = 2.544, p = .012$ ), Comunicação ( $t(130) = -1.748, p = .041$ ), Dificuldades ( $t(130) = 2.594, p = .005$ ) e Total Score ( $t(129) = 2.846, p = .003$ ) (Tabela 10).

**Tabela 10**  
*Diferenças nas subescalas SCORE 15 e nível socioeconómico*

SCORE 15	Variável	n	M	DP	t(df)	p
	<i>Nível socioeconómico</i>					
<b>Recursos</b>	Baixo/médio-baixo	46	1.77	.589	2.544	.012*
	Médio	87	1.51	.512	(131)	
<b>Comunicação</b>	Baixo/médio-baixo	46	1.73	.723	1.748	.041*
	Médio	86	1.52	.583	(130)	
<b>Dificuldades</b>	Baixo/médio-baixo	45	1.96	.755	2.594	.005*
	Médio	87	1.62	.682	(130)	
<b>Total Score</b>	Baixo/médio-baixo	45	27.40	8.566	2.846	.003*
	Médio	86	23.35	7.272	(129)	

\* $p < .05$

- Relação entre Coparentalidade e Funcionamento Familiar

A análise da correlação entre as variáveis permite verificar a existência de uma correlação significativa, negativa e moderada entre a dimensão Cooperação e a subescala Recursos ( $r = -.436, p = <.01$ ), negativa e fraca com a subescala Score Total ( $r = -.276, p = <.01$ ) e uma correlação positiva fraca entre a dimensão Cooperação e a subescala Comunicação ( $r = .198, p <.01$ ). Observou-se também uma correlação significativa, positiva e moderada entre a dimensão Conflito e a subescala Recursos ( $r = .434, p = <.01$ ) e Score Total ( $r = .455, p = <.01$ ) e uma associação negativa fraca com a dimensão Comunicação ( $r = -.372, p = <.01$ ) e Dificuldades ( $r = -.362, p = <.01$ ). A dimensão Triangulação revelou estar significativa e positivamente associada, e de forma fraca, com os Recursos ( $r = .209, p = <.05$ ) e com o Score Total ( $r = .243, p = <.01$ ) e negativamente com a Comunicação ( $r = -.202, p = <.05$ ) e com as Dificuldades ( $r = -.204, p = <.05$ ).

**Tabela 11**  
*Correlações de Pearson entre as subescalas do CQ e subescalas e total do SCORE-15*

CQ	SCORE 15			
	Recursos	Comunicação	Dificuldades	Score Total
<b>Cooperação</b>	-.436**	.198**	-.102	-.276**
<b>Conflito</b>	.434**	-.372**	-.362**	.455**
<b>Triangulação</b>	.209*	-.202*	-.204*	.243**

\*\* $p < .01$

\* $p < .05$

## Capítulo 4. Discussão

Este estudo teve como objetivo explorar a existência de diferenças na percepção da coparentalidade e funcionamento familiar em função de características sociodemográficas dos pais e das crianças e analisar a associação entre a percepção de coparentalidade e o funcionamento familiar.

Em relação à amostra estudada, o estudo inclui pais e mães de crianças em idade pré-escolar, sendo notória que a grande maioria dos participantes é composta por mães. Esta é uma realidade habitual em estudos com pais de crianças em idade pequenas e que pode ser explicada pelo facto de as mães se demonstrarem mais envolvidas em tarefas relacionadas com a escola do que os pais (Berryhill, 2016; Shumow & Miller, 2001). Atendendo aos critérios para participação neste estudo, os participantes pertencem a famílias nucleares intactas, em que ambos os pais vivem com a criança.

O primeiro objetivo deste estudo pretendeu verificar se existiam diferenças na percepção da coparentalidade em função de diferentes variáveis sociodemográficas. Os resultados sugerem que pais que percecionam o nível do seu agregado familiar como médio demonstram mais apoio no relacionamento coparental (maior cooperação), comparativamente aos pais que percecionam um nível socioeconómico baixo/médio-baixo. Pese embora esta diferença se encontre no limiar de significância, outros estudos acerca da transição para a parentalidade sugerem que, pais que percecionaram um estatuto socioeconómico mais baixo sentem um relacionamento coparental mais negativo (Schoppe-Sullivan & Mangelsdorf, 2012).

Embora alguns estudos sugiram a percepção de maior triangulação em mães de crianças do sexo masculino e maior cooperação em pais de crianças em idade pré-escolar do que pré-adolescentes (Margolin et al., 2001), no nosso estudo, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas na percepção das dimensões da coparentalidade, relativamente ao sexo e idade das crianças. Ainda que este estudo não tenha revelado diferenças significativas na percepção de coparentalidade também em função dos níveis de escolaridade dos participantes, tem sido sugerido que pais com elevados níveis de escolaridade apresentam maior cooperação durante as interações familiares (Stright & Bales, 2003).

Relativamente ao segundo objetivo, o nosso estudo veio destacar diferenças na percepção do funcionamento familiar em pais de crianças em diferentes faixas etárias. Assim, os resultados sugerem que pais de crianças de 3 anos percecionaram menores recursos e capacidade de adaptação da família, comparativamente a pais com crianças de 5 anos. Com efeito, uma possível explicação para esta diferença poderá advir de uma maior exigência em famílias com crianças pequenas, pois à medida que as crianças vão crescendo, e no final da

idade pré-escolar, vão apresentando maior capacidade de autorregulação (Cunha et al., 2021).

Verificou-se ainda que pais com ensino superior sentem mais dificuldades, comparativamente a pais com um nível de escolaridade até ao ensino secundário. No entanto, estudos têm vindo a relatar que famílias com um nível alto de escolaridade sentem uma maior capacidade para lidar com novas situações de risco (Patterson, 2002).

Os resultados do nosso estudo sugerem, ainda, que pais que consideram o estatuto socioeconómico da família como médio percecionam um funcionamento familiar mais positivo, quando comparados aos pais que percecionam um nível socioeconómico baixo/médio-baixo. Todavia, outras pesquisas acerca da resiliência em famílias com um estatuto socioeconómico baixo, têm sugerido que a maioria das famílias consegue ter uma boa comunicação entre si (e.g., expressar sentimentos). Ademais, a maioria das famílias indicou ter uma boa capacidade de resolução de problemas quando estes surgem. Relataram ainda uma boa coesão familiar, na medida em que gostam de fazer atividades em conjunto e têm regras familiares claras (Orthner et al., 2004).

Atendendo ao terceiro objetivo deste estudo, os resultados sugerem que perceção de coparentalidade e do funcionamento familiar se encontram associadas. Especificamente, os resultados revelam que à medida que aumenta a cooperação entre os pais, melhor é a comunicação na família, os recursos e capacidade de adaptação da família e funcionamento familiar em geral. Estes resultados são congruentes com estudos que relatam que pais que falam abertamente com os seus filhos estão mais propensos a ajudarem-se mutuamente do que a competirem entre si em relação à criança (Schrodt & Shimkowski, 2015; Schrodt, 2009). Por outro lado, pais que percecionam maior conflito em relação às questões parentais, que discutem ou discordam mais relativamente a questões sobre a educação da criança, percecionam também pior comunicação na família, mais sobrecarga das dificuldades no sistema, menor capacidade adaptativa da família e pior funcionamento familiar em geral. Souza e Crepaldi (2018) vieram demonstrar que quando a mãe e o seu companheiro apresentavam visões diferentes acerca da educação da criança e não conseguiam chegar a um acordo em relação à divisão de tarefas, percecionaram um relacionamento coparental mais conflituoso. Por sua vez, outros estudos relatam que uma comunicação familiar positiva acerca da resolução de problemas esteve associado positivamente a um melhor funcionamento familiar (Fonseca et al., 2022).

Por último, o nosso estudo sugere que pais que percecionam uma maior triangulação em relação à criança, referem também maiores dificuldades, pior comunicação, menores recursos na família e pior funcionamento familiar geral. Pesquisas têm relatado que a triangulação tem efeitos adversos no funcionamento conjugal e familiar, uma vez que interfere na resolução de problemas de forma adaptativa entre os casais e quebra a

hierarquia de poder na família ao atrair a criança para o subsistema parental (Pedro et al., 2015).

Este estudo possui limitações que importa ter em consideração. Em primeiro lugar, as características da amostra acabam por limitar a representatividade dos resultados, por exemplo, amostra por conveniência limitada a instituições de ensino privado, o seu tamanho e atendendo a que maioria dos respondentes são mães. Assim, seria importante, e futuras investigações, aumentar o tamanho da amostra e envolver uma maior participação da figura paterna. Considerando que se tomou opção de estudar a coparentalidade apenas em famílias nucleares intactas, os nossos resultados não refletem a realidade de outras configurações familiares. No entanto seria pertinente que a percepção de coparentalidade, e sua relação com o funcionamento familiar, pudesse ser estudada noutras configurações familiares (e.g., divórcio, famílias reconstituídas, monoparentais e alargadas).

Atendendo à escassez de estudos neste campo, este trabalho representa um contributo para o alargamento da compreensão da coparentalidade numa perspetiva sistémica, com implicações para a intervenção com famílias nesta etapa do ciclo vital. Com efeito, a coparentalidade tem um papel fundamental no bem-estar da família, e as intervenções no relacionamento coparental parecem ter um forte impacto nas relações familiares e bem-estar nos membros da família (Eira et al., 2020). Como tal, será importante trabalhar precocemente com os pais nesta consciencialização, quer seja ao nível do relacionamento coparental, focando a importância da cooperação no relacionamento e de abordar o conflito através da resolução de problemas, bem como questões relativas ao funcionamento familiar, nomeadamente ao nível da comunicação, onde os pais aprendem a expor as suas ideias de forma construtiva, e gestão de eventos stressores de forma adaptativa (Eira et al., 2020).

## Referências bibliográficas

Alarcão, M. (2002). *(Des)Equilíbrios familiares: uma visão sistémica* (1st ed.). Quarteto.

Bates, S. L. (2005). Evidence-based family-school interventions with preschool children. *School Psychology Quarterly*, 20(4), 352–370. <https://doi.org/10.1521/scpq.2005.20.4.352>

Belsky, J., Crnic, K., & Gable, S. (1995). The determinants of coparenting in families with toddler boys: Spousal differences and daily hassles. *Child Development*, 66(3), 629–642. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.1995.tb00894.x>

Berryhill, M. B. (2016). Coparenting and parental school involvement. *Child & Youth Care Forum*, 46(2), 261–283. <https://doi.org/10.1007/s10566-016-9384-8>

Böing, E. (2004). *Relações entre coparentalidade, funcionamento familiar e estilos parentais em uma perspectiva intergeracional*. [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Santa Catarina]. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128737>

Bray, J. H. (2009). Couple and family assessment. In J. H. Bray & M. Stanton (Eds.), *The Wiley-Blackwell handbook of family psychology* (pp. 151–164). Wiley Blackwell.

Cunha, A. I., Major, S., Alves, M. P., & Coroado, M. (2021). Assessing preschool child routines in the family: A preliminary study of the portuguese version of the child routines questionnaire - preschool. *Journal of Research in Childhood Education*, 36(2), 310–326. <https://doi.org/10.1080/02568543.2021.1955053>

Dunst, C. (2021). Family strengths, the circumplex model of family systems, and personal and family functioning: A meta-analysis of the relationships among study measures. *13*. 1-19. [10.22201/fesi.20070780e.2021.13.2.77837](https://doi.org/10.22201/fesi.20070780e.2021.13.2.77837)

Eira, C., Roten, Y., El Ghaziri, N., Favez, N., & Darwiche, J. (2020). Coparenting programs: A systematic review and meta-analysis. *Family Relations*, 70(3), 759–776. <https://doi.org/10.1111/fare.12438>

Epstein, N. B., Bishop, D. S., & Baldwin, L. M. (1982). McMaster model of family functioning: A view of the normal family. In F. Walsh (Ed.), *Normal family processes* (pp. 115–141). Guilford Press.

Feinberg, M. E. (2003). The internal structure and ecological context of coparenting: A framework for research and intervention. *Parenting, 3*(2), 95–131. [https://doi.org/10.1207/s15327922par0302\\_01](https://doi.org/10.1207/s15327922par0302_01)

Fonseca, G., Crespo, C., McCubbin, L. D., & Relvas, A. P. (2017). Validation study of the portuguese version of the family problem solving communication (FPSC) Index. *Journal of Child and Family Studies, 27*(4), 1088–1097. <https://doi.org/10.1007/s10826-017-0974-3>

Francisco, R., Loios, S., & Pedro, M. (2015). Family functioning and adolescent psychological maladjustment: The mediating role of coping strategies. *Child Psychiatry & Human Development, 47*(5), 759–770. <https://doi.org/10.1007/s10578-015-0609-0>

Frizzo, G. B., Kreutz, C. M., Schmidt, C., Piccinini, C. A., & Bosa, C. (2005). O conceito de coparentalidade e suas implicações para a pesquisa e para a clínica: implication for research and clinical practice. *Journal of Human Growth and Development, 15*(3), 84. <https://doi.org/10.7322/jhgd.19774>

Katz, L. F., & Woodin, E. M. (2002). Hostility, hostile detachment, and conflict engagement in marriages: Effects on child and family functioning. *Child Development, 73*(2), 636–651. <http://www.jstor.org/stable/3696379>

Kwan, R. W. H., Kwok, S. Y. C. L., & Ling, C. C. Y. (2015). The moderating roles of parenting self-efficacy and co-parenting alliance on marital satisfaction among chinese fathers and mothers. *Journal of Child and Family Studies, 24*(12), 3506–3515. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0152-4>

Lindsey, E. W., Caldera, Y., & Colwell, M. (2005). Correlates of coparenting during infancy. *Family Relations, 54*(3), 346–359. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2005.00322.x>

Mackay, R. (2003). Family resilience and good child outcomes: an overview of the research literature. *Social Policy Journal of New Zealand*, 20, 98-118.

Mangelsdorf, S. C., Laxman, D. J., & Jessee, A. (2011). Coparenting in two-parent nuclear families. *Coparenting: A Conceptual and Clinical Examination of Family Systems.*, 39–59. <https://doi.org/10.1037/12328-002>

Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>

McDaniel, B. T., Teti, D. M., & Feinberg, M. E. (2018). Predicting coparenting quality in daily life in mothers and fathers. *Journal of Family Psychology*, 32(7), 904–914. <https://doi.org/10.1037/fam0000443>

McHale, J. P. (1997). Overt and covert coparenting processes in the family. *Family Process*, 36(2), 183–201. <https://doi.org/10.1111/j.1545-5300.1997.00183.x>

McHale, J. P., & Cowan, P. A. (Eds.). (1996). *Understanding how family-level dynamics affect children's development: Studies of two-parent families*. Jossey-Bass.

Mchale, J. P., & Rasmussen, J. L. (1998). Coparental and family group-level dynamics during infancy: Early family precursors of child and family functioning during preschool. *Development and Psychopathology*, 10(1), 39–59. <https://doi.org/10.1017/s0954579498001527>

Meyers, S. A., Varkey, S., & Aguirre, A. M. (2002). Ecological correlates of family functioning. *The American Journal of Family Therapy*, 30(3), 257–273. <https://doi.org/10.1080/019261802753577575>

Minuchin, S. (1974). *Families and family therapy* (1st ed.). Harvard University Press.

Morsbach, S. K., & Prinz, R. J. (2006). Understanding and improving the validity of self-report of parenting. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 9(1), 1–21. <https://doi.org/10.1007/s10567-006-0001-5>

Olson, D. H. (2000). Circumplex model of marital and family systems. *Journal of Family Therapy*, 22(2), 144–167. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.00144>

Orthner, D. K., Jones-Sanpei, H., & Williamson, S. (2004). The resilience and strengths of low-income families. *Family Relations*, 53(2), 159–167. <http://www.jstor.org/stable/3700259>

Patterson, J. M. (2002). Understanding family resilience. *Journal of Clinical Psychology*, 58(3), 233–246. <https://doi.org/10.1002/jclp.10019>

Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação portuguesa do questionário de coparentalidade: análise fatorial confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116–125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>

Pedro, M. F., Ribeiro, T., & Shelton, K. H. (2015). Romantic attachment and family functioning: the mediating role of marital satisfaction. *Journal of Child and Family Studies*, 24(11), 3482–3495. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0150-6>

Peltz, J. S., Crasta, D., Daks, J. S., & Rogge, R. D. (2021). Shocks to the system: The influence of COVID-19–related stressors on coparental and family functioning. *Developmental Psychology*, 57(10), 1693–1707. <https://doi.org/10.1037/dev0001206>

Pereira, A. e Patrício, T. (2016) SPSS. *Guia prático de utilização. Análise de dados para ciências sociais e psicologia* (8th ed.). Edições Sílabo.

Qian, Y., Chen, F., & Yuan, C. (2020). The effect of co-parenting on children's emotion regulation under fathers' perception: A moderated mediation model of family functioning and marital satisfaction. *Children and Youth Services Review*, 119, 105501. <https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2020.105501>

Relvas, A. P. (1996). *O Ciclo vital da família: perspectiva sistemática*. Edições Afrontamento.

Schoppe-Sullivan, S. J., & Mangelsdorf, S. C. (2012). Parent characteristics and early coparenting behavior at the transition to parenthood. *Social Development*, 22(2), 363–383. <https://doi.org/10.1111/sode.12014>

Schrodt, P. (2009). Family strength and satisfaction as functions of family communication environments. *Communication Quarterly*, 57(2), 171–186. <https://doi.org/10.1080/01463370902881650>

Schrodt, P., & Shimkowski, J. R. (2015). Family communication patterns and perceptions of coparental communication. *Communication Reports*, 30(1), 39–50. <https://doi.org/10.1080/08934215.2015.1111400>

Shumow, L., & Miller, J. D. (2001). Parents' at-home and at-school academic involvement with young adolescents. *The Journal of Early Adolescence*, 21(1), 68–91. <https://doi.org/10.1177/0272431601021001004>

Souza, J., & Crepaldi, M. A. (2019). Problemas emocionales y comportamentales de niños: asociación entre funcionamiento familiar, coparentalidad y relación conyugal. *Acta Colombiana De Psicología*, 22(1), 69–106. <https://doi.org/10.14718/acp.2019.22.1.5>

Steinhauer, P. D., Santa-Barbara, J., & Skinner, H. (1984). The process model of family functioning. *Canadian journal of psychiatry. Revue canadienne de psychiatrie*, 29(2), 77–88. <https://doi.org/10.1177/070674378402900202>

Stratton, P., Bland, J., Janes, E., & Lask, J. (2010). Developing an indicator of family function and a practicable outcome measure for systemic family and couple therapy: the SCORE. *Journal of Family Therapy*, 32(3), 232–258. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6427.2010.00507.x>

Stratton, P., Lask, J., Bland, J., Nowotny, E., Evans, C., Singh, R., Janes, E., & Peppiatt, A. (2014). Detecting therapeutic improvement early in therapy: validation of the SCORE-15 index of family functioning and change. *Journal of Family Therapy*, 36(1), 3–19. <https://doi.org/10.1111/1467-6427.12022>

Stright, A. D., & Bales, S. S. (2003). Coparenting Quality: Contributions of child and parent characteristics. *Family Relations*, 52(3), 232–240. <http://www.jstor.org/stable/3700274>

Van Egeren, L. A., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165–178.

Vilaça, M., Silva, J. T. D., & Relvas, A. P. (2014). Systemic clinical outcome routine evaluation: SCORE-15. *Avaliação Familiar: Funcionamento e Intervenção Vol. 1*, 23–41.  
[https://doi.org/10.14195/978-989-26-0839-6\\_1](https://doi.org/10.14195/978-989-26-0839-6_1)

Watson, W. (2012). Family systems. *Encyclopedia of Human Behavior*, 184–193.  
<https://doi.org/10.1016/b978-0-12-375000-6.00169-5>

